

## Uma nova visão da economia *Brasil*

O que é mais importante para o desenvolvimento de uma nação: uma economia perfeitamente bem administrada, estável, sem inflação e sem desperdícios, ou uma economia voltada para o atendimento dos problemas e carências sociais?

Os economistas ortodoxos, ligados ao monetarismo clássico e ao liberalismo radical, diriam que, se os governos se dedicassem apenas a administrar bem a economia, seu próprio funcionamento se encarregaria de superar aqueles problemas e carências. Já os economistas da corrente heterodoxa, embora concordem que a administração econômica deva ser rigorosa, diriam que aqueles problemas só poderiam ser superados caso a escolha dos investimentos, públicos e privados, se voltasse deliberada e criteriosamente para as áreas sociais.

A verdade, como em muitas coisas na vida, deve estar no meio do caminho, numa convergência dessas visões, aparentemente antagônicas. E é o que parece estar acontecendo, como indicam notícias recentes.

Chamou nossa atenção, primeiramente, o teor de alguns debates havidos durante a última assembleia geral do Fundo Monetário Internacional (FMI). Essa instituição sempre foi considerada (e acusada) de ser o templo da ortodoxia econômica e de exigir dos seus países-membros, particularmente daqueles que pleiteiam seu apoio financeiro, o mais estrito apego ao valor da moeda e ao equilíbrio financeiro, interno e externo. Sur-

preendeu-nos, portanto, nas discussões deste ano, a opinião de diversos técnicos e inclusive diretores do FMI de que a busca exacerbada de inflação zero e do perfeito equilíbrio orçamentário inibe muitas vezes o desenvolvimento e desencadeia efeitos sociais perversos. Essas opiniões, avalizadas ao que parece pelo próprio "board" do FMI, iam a ponto de sugerir que taxas de inflação moderadas e mesmo certo desequilíbrio orçamentário de governos, desde que produzido por investimentos sensatos, podem favorecer o funcionamento mais harmônico da economia e ajudar a absorver problemas sociais.

**Sanar déficits  
e controlar a  
moeda não  
bastam para um  
desenvolvimento  
equilibrado**

Em nossa edição de ontem foi novamente com certa surpresa que tomamos conhecimento, em matéria da nossa correspondente Maria Helena Tachinardi, de que a famosa escola de Chicago – outra celebrada fortaleza da ortodoxia econômica – está-se sensibilizando para os problemas sociais. Sob a direção agora de um brasileiro, prof. José Alexandre Scheinkman, o conceituado Departamento de Economia daquela escola procura voltar suas pesquisas e estudos para o lado social da economia, principalmente para a questão da educação e seus efeitos no desenvolvimento. Parece estar havendo, portanto, o reconhecimento de que o combate sem tréguas ao déficit público e o controle rígido da política monetária não seriam

suficientes para assegurar os objetivos maiores de uma política econômica governamental, quais sejam, melhor repartição do bem-estar e dos resultados do crescimento.

Ora, no plano interno, naquilo que se refere ao papel do governo brasileiro na economia, há muito deixamos de lado a questão de saber se o governo deve ou não comparecer como investidor. O que temos discutido é a alocação dos investimentos públicos e insistido em que tais investimentos, em vez de se dirigirem para as áreas nas quais a presença do investimento privado é sabidamente mais ágil e eficiente, orientem-se para os setores sociais e particularmente para a área de educação. Nesses setores, onde os períodos de maturação são imprevisíveis e os retornos pouco mensuráveis, os recursos públicos tornam-se imprescindíveis. Mais que isso, garantem a médio e longo prazos mais ampla e mais disseminada reprodução social, melhorando indiretamente ao longo do tempo a própria eficácia de investimentos privados aplicados diretamente na produção de bens e serviços.

Nada disso significa que nossos governos devam descurar do equilíbrio orçamentário, ou reinstaurar um regime de emissões monetárias irresponsáveis. Trata-se, na prática, de buscar coordenação sensata entre os imperativos de controle dos fatores inflacionários e de superação das carências sociais – como começam a admitir, publicamente, até os melhores centros de excelência monetarista.